

PARECER Nº , DE 2019

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 84, de 2018 (PL nº 1.679, de 2015, na origem), do Deputado Rômulo Gouveia, que *altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para assegurar às pessoas com deficiência visual o direito de receber cartões de crédito e de movimentação de contas bancárias com as informações vertidas em caracteres de identificação tátil em braile.*



Relator: Senador **FLÁVIO ARNS**

I – RELATÓRIO

Em exame na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 84, de 2018, de autoria do Deputado Rômulo Gouveia, que altera a Lei de Acessibilidade, com o objetivo de assegurar às pessoas com deficiência visual o direito de receber cartões de crédito e de movimentação de contas bancárias com as informações vertidas em caracteres de identificação tátil em braile.

Especificamente, as pessoas com deficiência visual passariam a ter o direito de exigir um *kit* contendo, no mínimo, os seguintes itens: etiqueta de filme transparente com a identificação do tipo do cartão e os seus seis últimos dígitos impressos em braile; identificação do tipo do cartão, indicado pelo primeiro dígito da esquerda para a direita; fita adesiva para fixar a etiqueta em braile no cartão; e porta-cartão com inscrição, em braile, de todas as informações constantes no cartão. A vigência da lei resultante dessa proposição é fixada para cento e oitenta dias após a sua publicação.

A justificação da proposta menciona que a falta de caracteres impressos em braile sujeita o usuário com deficiência visual a erros e dificuldades no uso desse recurso, de modo que pode precisar da ajuda de terceiros para conseguir utilizar o cartão, prejudicando sua autonomia.

A proposição foi distribuída apenas a esta Comissão, de onde seguirá para o Plenário. Não foram recebidas emendas.

II – ANÁLISE

O art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal estabelece a competência deste Colegiado para examinar matérias pertinentes às pessoas com deficiência. Não vemos óbices relativos à constitucionalidade e à juridicidade da matéria, sendo legítima a iniciativa e adequado o meio para atingir o fim almejado, que é a lei ordinária, de competência da União.

O mérito da proposição é nítido. Sem as informações elementares impressas em braile, os cartões bancários, de crédito, débito e movimentação da conta, são ferramentas incompletas. É fácil trocar cartões, ou esquecer os números. Se isso ocorrer, a pessoa com deficiência visual passa a depender da ajuda de terceiros, o que não apenas prejudica sua autonomia, como também a deixa sujeita a fraudes. A medida proposta é simples, barata e eficaz. Há instituições que já a adotam em caráter voluntário, reconhecendo a razoabilidade dessa solução e a importância de respeitar a dignidade dos clientes bancários com deficiência visual.

III – VOTO

Em razão do que foi exposto, concluímos pela **aprovação** do Projeto de Lei da Câmara nº 98, de 2018.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

